

Investimentos públicos federais

As escolas de pensamento econômico apresentam divergências nas suas análises sobre os impactos dos gastos públicos ou sobre a função do Estado como indutor do desenvolvimento econômico. Há, contudo, um reconhecimento generalizado em relação ao papel estratégico que os investimentos do setor público podem desempenhar nas economias, principalmente quando orientados para segmentos de infraestrutura.

Parte da teoria econômica argumenta ainda que a manutenção de um expressivo patamar de investimento público contribui para reduzir as flutuações da economia, dada a preferência dos empresários por ativos mais líquidos (como os títulos públicos) nos momentos de maior incerteza. Os investimentos estatais, por sua vez, não visam ao lucro imediato. Assim, a manutenção da taxa de investimento público em níveis estáveis e elevados pode reduzir a vulnerabilidade da economia às crises e atuar como um indutor do crescimento econômico.

Os investimentos públicos federais provenientes das empresas estatais totalizaram R\$ 967,0 bilhões no período de 2010 a 2018. A maior parcela dessas inversões é considerada nacional (R\$ 416,7 bilhões), não sendo possível regionalizar os mencionados aportes. Verificaram-se ainda aplicações no exterior (R\$ 106,8 bilhões), conforme especificado na Tabela 1.

O pico da série ocorreu em 2013, tendo o aporte público totalizado R\$ 153,4 bilhões no País. O ano de menor inversão verificou-se em 2017, ou seja, R\$ 52,2 bilhões, de acordo com os dados apresentados na Tabela 2. Percebem-se dois períodos distintos ao longo dessa série: inicialmente, uma expansão dos investimentos (2010 a 2015), seguido de uma fase de inflexão nessa tendência (2016 a 2018). Os dados preliminares para 2019 e as projeções para 2020 indicam a continuidade da tendência de redução dos investimentos públicos.

Em termos regionais, o Sudeste foi beneficiado com a maior parcela dos recursos no período de 2010 a 2018 (R\$ 256,1 bilhões), seguido do Nordeste (R\$ 124,5 bilhões), Sul (R\$ 36,4 bilhões), Norte (R\$ 21,5 bilhões) e Centro-Oeste (R\$ 5,0 bilhões), vide Tabela 2.

O ano de maior inversão no Nordeste ocorreu em 2012 (R\$ 26,5 bilhões). As inversões federais declinaram substancialmente para a Região a partir de 2015, tendo o menor valor da série ocorrido em 2018 (R\$ 2,8 bilhões).

Pernambuco recebeu o maior volume de recursos no Nordeste no período em análise, ou seja, R\$ 62,3 bilhões, representando 6,4% do total dos aportes realizados no País ou metade das inversões públicas nessa Região.

Com expressiva diferença, seguiram Bahia (R\$ 10,7 bilhões, 1,1% do total nacional), Maranhão (R\$ 3,0 bilhões, 0,3%), Piauí (R\$ 2,5 bilhões, 0,3%), Ceará (R\$ 1,8 bilhão, 0,2%), Rio Grande do Norte (R\$ 1,6 bilhão, 0,2%), Alagoas (R\$ 1,5 bilhão, 0,2%), Sergipe (R\$ 618 milhões, 0,1%) e Paraíba (R\$ 39 milhões, representando uma ínfima porcentagem em relação ao total nacional), conforme especificado na Tabela 2.

A análise mais detalhada dos investimentos públicos realizados no Nordeste mostra que, dos R\$ 124,5 bilhões aplicados no período de período de 2010 a 2018, R\$ 40,5 bilhões são classificados na rubrica “Nordeste, todos os estados”, já que a alocação transcende os limites de uma ou mais Unidades Federativas, e que, devido às suas características físicas e técnicas, não podem ser desmembrados.

A maior parte dos recursos alocados no Nordeste foi destinado para os sistemas de produção de óleo e gás, com destaque para a Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, e a Refinaria Landulfo Alves, na Bahia. A seguir, tem-se o setor de energia (ampliação, transmissão e infraestrutura de usinas termoeletricas). Verificaram-se, ainda, inversões na construção e modernização de aeroportos e portos, dentre outros itens.

Do total de recursos aplicados no Nordeste (R\$ 124,5 bilhões), 83,4% foram investidos pela Petrobrás (R\$ 103,8 bilhões). Contudo, parte destes empreendimentos foi desativado, a exemplo das Refinarias Premium I e II, que seriam construídas, respectivamente, no Maranhão e no Ceará, ou estão inseridas no plano de desinvestimento da referida empresa.

Assim, um aspecto crucial diz respeito à busca de alternativas para a retomada dos investimentos público no Brasil, considerando-se o relevante papel dessas inversões sobre o crescimento econômico do País no curto e no médio prazo. Os investimentos públicos são de grande relevância para a Região Nordeste. Associados às transferências vinculadas a receitas federais, são elementos de impacto para a economia regional. A volatilidade destas variáveis produz impactos negativos nos setores produtivos dos Estados do Nordeste.

Autor: Antônio Ricardo de Norões Vidal, Economista, Coordenador de Estudos e Pesquisas. Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas, Banco do Nordeste/ETENE.

Tabela 1 - Investimentos públicos federais de empresas estatais - R\$ milhões a preços de 2018

País/Região/Estado	Valor R\$ milhões 2010 a 2018	Participação (%)
Pernambuco	62.277,5	14,0
Bahia	10.678,9	2,4
Maranhão	2.984,1	0,7
Piauí	2.480,7	0,6
Ceará	1.767,0	0,4
Rio Grande do Norte	1.634,3	0,4
Alagoas	1.476,3	0,3
Sergipe	617,8	0,1
Paraíba	39,2	0,0
Todos os Estados ⁽¹⁾	40.549,5	9,1
Nordeste	124.505,2	28,1
Sudeste	256.076,4	57,7
Sul	36.399,8	8,2
Norte	21.537,5	4,9
Centro-Oeste	5.019,0	1,1
Brasil	443.537,8	100,0

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Banco Central.

Nota: (1) Investimentos que ocorrem em mais de um Estado.

Tabela 2 - Investimentos públicos federais de empresas estatais - R\$ milhões a preços de 2018

País/Região/Estado	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Pernambuco	7.866,3	13.913,3	16.300,3	13.834,6	7.817,7	1.486,4	324,6	347,3	386,9
Alagoas	226,2	131,5	160,1	162,6	117,7	157,9	188,3	168,1	163,9
Piauí	444,2	460,0	460,8	267,8	169,2	185,4	163,3	179,3	150,7
Ceará	121,9	255,4	499,1	431,9	244,5	74,8	15,9	15,8	107,6
Bahia	3.285,7	2.757,2	1.654,7	2.155,1	615,1	105,2	45,0	40,6	20,3
Sergipe	26,0	33,0	125,8	269,4	97,5	50,8	5,2	4,1	6,1
Rio Grande do Norte	483,8	345,9	234,1	163,4	366,0	14,3	21,6	2,1	3,2
Maranhão	372,1	748,8	1.125,0	501,2	205,8	23,1	7,2	0,7	0,1
Paraíba	2,7	3,3	9,6	15,6	5,1	2,3	0,3	0,3	0,0
Todos os Estados ⁽¹⁾	6.599,6	5.373,3	5.936,5	6.048,8	5.897,1	4.425,0	2.122,9	2.148,6	1.997,9
Nordeste	19.428,5	24.021,8	26.506,0	23.850,3	15.535,8	6.524,9	2.894,3	2.906,9	2.836,8
Sudeste	54.466,4	37.616,5	34.022,4	45.828,4	34.236,8	20.667,0	11.926,3	9.246,1	8.066,6
Norte	3.142,5	3.955,5	3.459,8	3.581,3	2.257,6	1.819,8	1.312,6	1.025,1	983,3
Sul	8.706,4	7.646,8	11.113,5	4.523,1	2.953,0	745,1	277,7	122,3	311,9
Centro-Oeste	705,8	774,5	873,6	441,3	568,7	778,3	523,7	159,8	193,1
Nacional	31.060,9	33.414,9	49.008,7	59.858,4	56.682,1	52.471,1	36.006,8	33.129,9	65.057,5
Exterior	18.293,4	17.238,0	15.520,3	15.322,3	9.346,6	10.509,2	7.544,0	5.646,6	7.354,1
Brasil	135.803,9	124.667,9	140.504,3	153.405,0	121.580,5	93.515,5	60.485,4	52.236,7	84.803,3

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Banco Central.

Nota: (1) Investimentos que ocorre em mais de um Estado.

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE - ETENE | Economista-Chefe: Luiz Alberto Esteves. Gerente de Ambiente: Tibério Rômulo Romão Bernardo. Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas. Gerente Executivo: Airtton Saboya Valente Junior. Equipe Técnica: Antônio Ricardo de Norões Vidal, Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão, Laura Lúcia Ramos Freire, Liliane Cordeiro Barroso e Wendell Márcio Araújo Carneiro. Projeto Gráfico: Gustavo Bezerra Carvalho. Revisão Vernacular: Hermano José Pinho. Estagiário: João Marcos Rodrigues da Silva. Jovem Aprendiz: Yago Carvalho Lima.

Aviso Legal: O BNB/ETENE não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Desse modo, todas as consequências pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação serão de responsabilidade exclusivamente do usuário, eximindo o BNB de todas as ações decorrentes do uso deste material. O acesso a essas informações implica a total aceitação deste termo de responsabilidade. Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB. É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte.